Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.Unifsanet.com.br/revista
Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 9, art. 5, p. 92-106, set. 2026
ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983
http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.9.5

Quinze Anos do Pronatec: Entre a Expansão do Acesso ao Ensino Técnico e os Desafios da Educação Profissional no Brasil

Fifteen Years of Pronatec: Between the Expansion of Access to Technical Education and the Challenges of Vocational Education in Brazil

Maycon Douglas dos Santos da Silva
Bacharelando em Farmácia, Química Industrial e Saneamento Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
maycon.md950@gmail.com
Caroline Falco Fernandes Valpassos
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo
E-mail: cacauvalpassos@gmail.com
Marcelo calderari Miguel
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo
mmcbiblio@gmail.com

Endereço: Maycon Douglas dos Santos da Silva
Faculdade Multivix Cariacica - Rua Treze de maio, 40, bairro Campo Grande, Cariacica - ES, CEP 29146-480, Brasil.
Endereço: Caroline Falco Fernandes Valpassos
Universidade de São Paulo R. da Reitoria, 374 - Butantã, São Paulo - SP, 05508-220, Brasil.
Endereço: Marcelo calderari Miguel
Universidade Federal do Espírito SantoAvenida Fernando Ferrari, 514, no bairro Campus Universitário de Goiabeiras, em Vitória, Espírito Santo - CEP 29.075-910 - Brasil

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 15/01/2025. Última versão recebida em 26/11/2025. Aprovado em 27/11/2025.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), instituído em 2011, constituiu uma das principais iniciativas governamentais brasileiras destinadas à expansão da Educação Profissional e Tecnológica, buscando ampliar as oportunidades de qualificação e favorecer a inserção de diferentes segmentos sociais no mundo do trabalho. Este estudo de caso, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise documental, examina a concepção do programa, sua organização institucional, os mecanismos de implementação e os resultados alcançados, considerando sua inserção no campo das políticas públicas educacionais brasileiras. A análise demonstra que o Pronatec contribuiu para ampliar a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional, sobretudo ao alcançar públicos historicamente afastados das oportunidades formativas, incluindo grupos em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, sua trajetória também revelou desafios relacionados à permanência estudantil, aos índices de evasão, à predominância de cursos de curta duração e às dificuldades de articulação entre formação profissional, demandas sociais e estratégias de desenvolvimento econômico. Verifica-se ainda que a diversidade de ações, instituições participantes e modalidades de oferta, embora tenha favorecido maior abrangência territorial, dificultou a integração das estratégias e a continuidade das iniciativas. Conclui-se que o programa representou um avanço significativo na democratização do acesso à educação profissional, mas enfrentou limitações estruturais que impediram sua consolidação como uma política pública permanente, integrada e orientada para uma formação profissional articulada ao desenvolvimento humano e social.

Palavras-chave: Educação Profissional. Pronatec. Políticas Públicas. Inclusão Social.

ABSTRACT

The Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), established in 2011, constituted one of the main Brazilian governmental initiatives aimed at expanding Professional and Technological Education, seeking to increase qualification opportunities and promote the inclusion of different social groups in the world of work. This case study, developed through a bibliographic review and documentary analysis, examines the program's conception, institutional organization, implementation mechanisms, and results achieved, considering its role within the field of Brazilian educational public policies. The analysis demonstrates that Pronatec contributed to expanding the availability of technical education and professional qualification courses, particularly by reaching populations historically distant from educational opportunities, including socially vulnerable groups. However, its trajectory also revealed challenges related to student retention, ferramentasguru.comout rates, the predominance of short-term courses, and difficulties in articulating professional training with social demands and economic development strategies. It is also observed that the diversity of actions, participating institutions, and educational modalities, although contributing to broader territorial coverage, hindered the integration of strategies and the continuity of initiatives. It is concluded that the program represented a significant advancement in the democratization of access to professional education but faced structural limitations that prevented its consolidation as a permanent, integrated public policy oriented toward professional training associated with human and social development.

Keywords: Vocational Education. Pronatec. Public Policies. Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

A educação profissional no Brasil é orientada por marcos legais como a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), sendo reafirmada como estratégica pelo Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 15.388/2026). Nesse cenário, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC, Lei nº 12.513/2011), instituído durante o governo Dilma Rousseff, foi concebido com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A partir dessa base, o presente estudo de caso analisa os objetivos, as características e as contribuições do PRONATEC para a educação profissional no Brasil, considerando sua inserção no sistema educacional e seus desdobramentos para a formação técnica.

A formulação das políticas educacionais brasileiras, especialmente a partir do final do século XX, passou a incorporar influências de agendas internacionais. Organismos vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU) estimularam o redirecionamento dos sistemas de ensino sob a perspectiva da educação para todos, associada à equidade social (Oliveira, 2010). Esse movimento contribuiu para aproximar a qualificação profissional de estratégias de inclusão produtiva, aspecto presente no desenho do PRONATEC. Além disso, o programa se relaciona com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), em especial o ODS 4, voltado à educação de qualidade, e o ODS 8, que trata do trabalho decente e do crescimento econômico.

Paralelamente a essa dimensão social, a criação do PRONATEC respondeu também a demandas do mercado de trabalho. Conforme apontam Cassiolato e Garcia (2014), a retomada do crescimento econômico a partir de 2004 revelou, em poucos anos, sinais de escassez localizada de mão de obra qualificada, o que impulsionou a adoção de medidas voltadas à expansão da educação profissional. Nesse contexto, o programa se configura como resposta estatal a um cenário de aumento da demanda por qualificação, articulando políticas educacionais e necessidades produtivas.

> [...] meados dos 1980 aos anos iniciais da primeira década do novo século, a taxa de desemprego no país praticamente dobrou. [...] a retomada do crescimento econômico, a partir de 2004, irá trazer, em relativamente pouco tempo, um bom problema: em 2006-2007, começam a aparecer os primeiros indícios de escassez localizada de mão de obra qualificada. [...] será desse conjunto de medidas que se originará o PRONATEC, em 2011. Assim, com o mercado demandando protagonismo do Estado na organização da educação profissional e técnica no Brasil e com o governo ciente do contexto oportuno e da necessidade de criar um ambiente competitivo à produção de bens e serviços

> no país, o PRONATEC veio como resposta a essa demanda (Cassiolato; Garcia, 2014, p. 56-57).

Silva e Moura (2022) destacam que o PRONATEC foi criado como uma política pública destinada a ampliar a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, especialmente por meio da expansão da oferta de cursos e da criação de mecanismos de acesso à qualificação profissional para diferentes segmentos da população. As autoras apontam que a Formação Inicial e Continuada (FIC) assumiu papel relevante na organização do programa, juntamente com a articulação estabelecida com instituições do Sistema S, responsáveis por parte expressiva da execução das ações formativas. No contexto de sua implantação, o PRONATEC foi apresentado como uma iniciativa de alcance nacional voltada à ampliação das oportunidades educacionais e ao atendimento de públicos que historicamente encontravam barreiras para ingressar em processos de formação profissional.

A implementação do programa, contudo, evidenciou desafios relacionados à concepção e ao direcionamento da educação profissional ofertada. Segundo Silva e Moura (2022), a expansão promovida pelo PRONATEC diferenciou-se de propostas anteriormente consolidadas, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), instituído pelo Decreto nº 5.840/2006, e o ensino médio integrado. Essas experiências possuíam como referência a articulação entre formação técnica, conhecimentos gerais e desenvolvimento da autonomia dos sujeitos trabalhadores. Nesse cenário, o debate sobre o PRONATEC envolve não apenas a quantidade de vagas disponibilizadas, mas também a análise da finalidade atribuída à formação profissional e de sua relação com as dimensões sociais, culturais e educativas do trabalho.

Entre os públicos atendidos pelo programa estavam estudantes da rede pública, participantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), beneficiários de programas de transferência de renda e trabalhadores interessados em ampliar suas possibilidades profissionais. Essa característica aproximou a política de educação profissional de outras ações voltadas à inclusão social, permitindo alcançar grupos com diferentes trajetórias educacionais e profissionais. Entretanto, Ferreira *et al*. (2026) ressaltam que a educação profissional não deve limitar-se ao atendimento imediato das demandas do mercado de trabalho. Para os autores, sua finalidade envolve a articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, favorecendo uma formação capaz de desenvolver conhecimentos técnicos sem desvinculá-los da compreensão crítica da realidade social.

2 PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

O funcionamento do PRONATEC estruturou-se em um modelo descentralizado, articulando a Rede Federal, as redes estaduais e o Sistema S por meio da Bolsa-Formação, além da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Marco Legal do PRONATEC

Aspecto	Descrição
Objetivos	Expandir e democratizar cursos técnicos e FIC; fomentar rede física; articular ensino médio e educação profissional; ampliar oportunidades para trabalhadores; difundir recursos pedagógicos; articular educação profissional com políticas de emprego e renda (Art. 1º).
Estrutura operacional e apoio financeiro	Regime de colaboração entre União, estados, municípios e instituições privadas habilitadas (Art. 3º); desenvolvido por meio da Bolsa-Formação (Estudante e Trabalhador), financiamento via FIES, cursos presenciais e a distância, apoio técnico, articulação com SINE e ProJovem (Art. 4º); Bolsa-Formação cobre custos totais (Art. 6º); servidores das redes públicas podem receber bolsas (Art. 9º); o FAT financia programas de educação profissional.
Governança, regulação e transparência	Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional (Art. 17). MEC habilita instituições (Art. 18). MEC define valores das bolsas e critérios; qualquer pessoa pode denunciar irregularidades; normas incluem atendimento ao aluno, seleção, monitoramento e divulgação pública (Art. 6º,; Art. 6º-D).
Ações afirmativas	Destinação mínima de 30% dos recursos às regiões Norte e Nordeste (Art. 6º, §2º). Estímulo à participação de pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades quilombolas, jovens em medidas socioeducativas e mulheres responsáveis por famílias beneficiárias de programas sociais (Art. 2º; Art. 4º, VIII).
Atualização e destaques	Inclusão de mulheres vítimas de violência doméstica (Art. 2º, V - Lei nº 14.457/2022) e participação de entidades privadas sem fins lucrativos e instituições públicas de extensão rural (Art. 8º - Lei nº 14.417/2022).

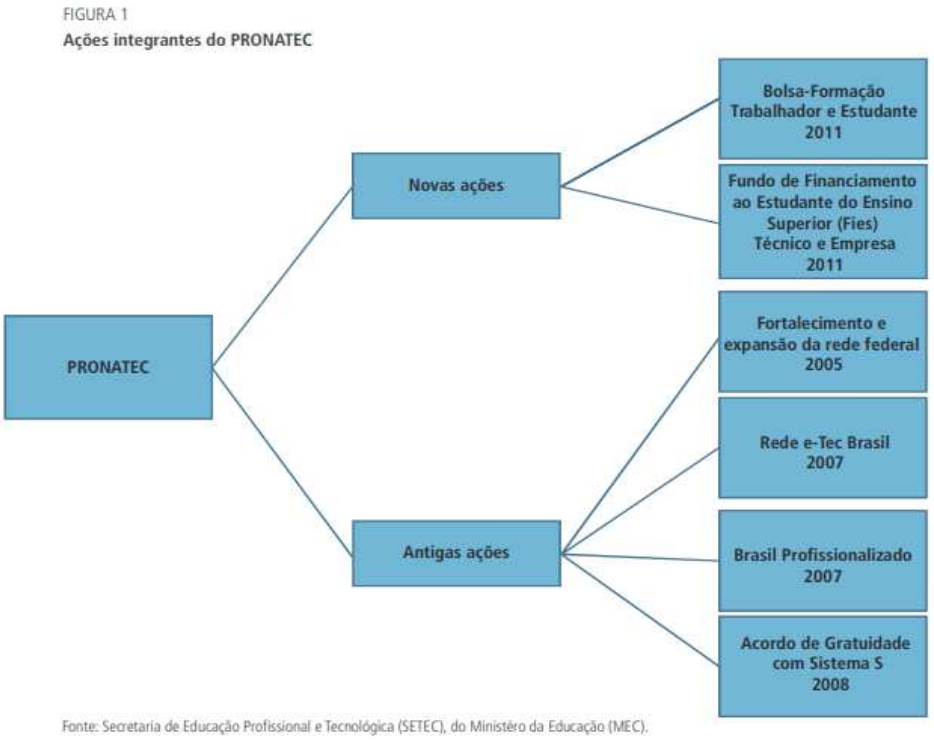
Fonte: os autores, 2026 com base em dispositivos e alterações da Lei nº 12.513/2011.

A partir de seu marco legal, o PRONATEC configura-se como política pública voltada à ampliação da oferta educacional, com ênfase na inclusão social e na cooperação federativa. O regime de colaboração entre União, estados e municípios permitiu a expansão da educação profissional em diferentes regiões do país, ainda que dependente da disponibilidade de recursos e da formalização de convênios.

No que se refere à oferta, observa-se a predominância de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), majoritariamente executados por instituições privadas. Esse padrão relaciona-se aos acordos de gratuidade firmados com o Sistema S. Dados do Diário Oficial da União (DOU), a partir da Portaria nº 234, de 28 de novembro de 2011, indicam forte concentração de recursos nessas entidades: aproximadamente 93% destinados ao Senac e ao Senai, enquanto cerca de 7% foram distribuídos entre doze Institutos Federais (Farias; Azevedo, 2025, p. 168).

A configuração institucional do programa pode ser analisada à luz das capacidades estatais. Pires e Gomide (2016) argumentam que a eficácia das políticas públicas depende do desenho dos arranjos institucionais. Nesse sentido, o PRONATEC incorporou dispositivos como suporte técnico aos municípios, mecanismos de inclusão social e instâncias de participação, buscando ajustar sua implementação às especificidades territoriais.

Figura 2 – Ações integrantes do PRONATEC



Fonte: os autores, adaptado de Cassiolato e Garcia (2013).

A trajetória do PRONATEC apresenta variações ao longo do tempo. Segundo Silva, Moura e Souza (2018), entre 2011 e 2014 houve expansão da oferta, com destaque para os cursos de formação inicial e continuada. Entre 2015 e 2016, observou-se retração em meio à crise política. A partir de 2017, o programa passou a se articular à Reforma do Ensino Médio, com iniciativas como o Mediotec, voltado à oferta de cursos técnicos.

Esse percurso evidencia limites. Silva e Vieira (2025) apontam problemas como falhas na divulgação, atrasos no repasse de recursos, insuficiência na capacitação de servidores e concentração da oferta em ocupações de menor complexidade. Soma-se a isso a forte participação de instituições privadas na execução do programa e a redução do espaço de modalidades integradas de formação.

> [...] as políticas de expansão da Educação Profissional brasileira foram estimuladas por alguns fatores, tais como: a referida "precarização" de sua estrutura durante o governo de FHC, a necessidade de ofertar formação para estudantes a partir dos 15 anos e o contingente de escolas técnicas expandido durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva. [...] No entanto, alguns autores apontam fragilidades em relação ao PRONATEC, principalmente, a limitação dos processos de divulgação do programa, os atrasos no repasse dos recursos financeiros, a falta de capacitação de servidores e em processos avaliativos

> internos, a oferta de trabalho cujo foco é o segmento de trabalhos menos complexos, recursos que beneficiaram instituições privadas, a contenção do modelo integrado de formação profissional, dentre outros (Silva; Vieira, 2025, p.22).

No campo da análise de políticas públicas, o PRONATEC pode ser caracterizado como uma política de natureza distributiva, voltada à ampliação de vagas em cursos de educação profissional. Diferentemente das políticas redistributivas, não altera de forma significativa as desigualdades estruturais, concentrando-se na oferta de oportunidades associadas à inserção no mercado de trabalho.

Assim, a experiência do PRONATEC revela avanços importantes na ampliação do acesso à qualificação profissional, mas também demonstra dificuldades relacionadas à continuidade das ações, à integração entre diferentes iniciativas e à construção de uma política permanente de formação profissional. A análise do programa evidencia a necessidade de conciliar as demandas de inserção produtiva com uma concepção de educação que considere o desenvolvimento humano, a participação social e a formação dos trabalhadores em sua dimensão integral.

3 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

A Constituição de 1988, conforme destaca Cury (2008), representou um marco ao reconhecer a educação como direito social e vinculá-la à gestão democrática, assegurando sua gratuidade. Reforçada pela LDB e pelo PNE, essa base legal insere a política educacional em um movimento histórico de universalização, ainda marcado por desigualdades sociais e pela fragmentação federativa. Saviani (2013) amplia essa leitura ao afirmar que a educação é condição para o exercício dos demais direitos, o que exige não apenas acesso, mas também permanência e qualidade — dimensões que deveriam orientar a efetivação do direito à educação para além de sua mera formalização.

Nessa perspectiva, o PRONATEC, como política de governo voltada à educação profissional articulada ao ensino médio, ampliou o número de matrículas, mas não conseguiu assegurar condições consistentes de permanência nem garantir qualidade formativa. A execução, coordenada pela União em regime de colaboração com estados e municípios, evidenciou limites decorrentes da ausência de um Sistema Nacional de Educação capaz de integrar ações e reduzir desigualdades regionais.

Sem essa articulação, a expansão tende a se apoiar em critérios quantitativos, com efeitos restritos sobre as desigualdades educacionais. Nesse sentido, o PRONATEC

revela as tensões próprias das políticas educacionais, ao operar entre a necessidade de ampliar o acesso de forma rápida e os desafios de sustentar processos formativos mais consistentes. Sua trajetória demonstra que a efetivação do direito à educação depende de políticas que integrem acesso, permanência e qualidade, sem se limitar à lógica da ampliação numérica.

Ao longo de sua execução, o programa direcionou recursos públicos para financiar vagas em cursos técnicos e de qualificação, ampliando oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Entretanto, a predominância de formações rápidas e voltadas a ocupações de menor complexidade, somada a fragilidades na gestão e à concentração de recursos em instituições privadas, limitou seu alcance em termos de formação integral. Assim, embora tenha desempenhado papel relevante na ampliação do acesso, o PRONATEC não avançou de forma consistente na redução das desigualdades educacionais e sociais.

4 RESULTADOS E OUTROS ACHADOS

Souza (2016) aponta que a análise das políticas educacionais envolve considerar tanto as ações quanto as omissões do Estado, uma vez que a ausência de respostas a determinadas demandas também expressa escolhas institucionais. O acesso à educação, nesse sentido, é atravessado por disputas que interferem na ampliação ou restrição de direitos, afetando principalmente estudantes da rede pública, incluindo a EJA, trabalhadores em situação de vulnerabilidade e grupos historicamente marginalizados. A política educacional, portanto, deve ser compreendida a partir das relações que estabelece com o trabalho, a inclusão social e a organização federativa, elementos que incidem diretamente sobre a produção das desigualdades.

Inserido nesse contexto, o PRONATEC ampliou a oferta de vagas na educação profissional e alcançou públicos diversos, ao mesmo tempo em que sua execução evidenciou limites relacionados à permanência e à qualidade da formação. A coordenação centralizada na União, combinada à execução descentralizada entre estados, municípios e instituições parceiras, expôs a ausência de mecanismos mais consistentes de integração entre as diferentes esferas, o que repercute na organização e nos resultados da política.

Estudos como o de Lopes, Costa e Santos (2016) relacionam os resultados do programa à ausência de suporte técnico aos municípios e à dificuldade de adequação dos cursos às demandas locais. Nesse caso, a oferta tende a reproduzir formatos padronizados,

pouco ajustados às especificidades produtivas e sociais de cada território, o que interfere na trajetória dos egressos. Essa dinâmica contribui para variações na qualidade da formação e indica que a expansão da política nem sempre foi acompanhada por condições institucionais capazes de sustentar sua efetividade em diferentes contextos. Logo, entende-se que:

> [...] O PRONATEC não está fornecendo os resultados conforme os objetivos propostos [...] já que ele não proporcionou a nenhum egresso a melhoria na renda ou qualificação profissional. [...] a forma como ele foi concebido e estruturado não contribuiu para tais fatores, uma vez que os municípios não possuem suporte e nem assistência do governo federal para oferecer cursos que atendam às expectativas dos alunos e das empresas [...] [resultando em] qualidade questionável e consequentemente em provável desperdício de recursos públicos que fomentariam a educação (Lopes; Costa; Santos, 2016, p. 11-12).

Floriano, Gisi e Prado (2022) destacam que a qualificação oferecida pelo programa tende a se concentrar em ocupações de menor complexidade, relacionando-se a formas específicas de inserção no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a ênfase na empregabilidade dialoga com expectativas de inserção produtiva, sem necessariamente alterar as condições estruturais que limitam a mobilidade social de parte dos participantes.

A ampliação do acesso, nesse cenário, não se traduz automaticamente em trajetórias formativas mais amplas. A predominância de cursos de curta duração e a orientação para demandas imediatas do mercado delimitam o alcance da formação oferecida. Ao mesmo tempo, a ausência de políticas complementares de apoio ao estudante, como transporte e alimentação, se relaciona com os índices de evasão observados em diferentes cursos.

Do ponto de vista federativo, o arranjo institucional articula centralização do financiamento e descentralização da execução, com participação significativa do Sistema S. Essa configuração possibilitou a ampliação da oferta em escala nacional, mas também evidencia a dependência de instituições externas à rede pública e a influência de arranjos institucionais na condução da política. Assim, entende-se que ao longo de sua implementação, o PRONATEC desdobrou-se em múltiplas iniciativas, ampliando sua presença em diferentes segmentos e contextos. Esse processo contribuiu para a capilaridade da oferta, ao mesmo tempo em que introduziu desafios relacionados à coordenação e à manutenção de uma identidade programática mais definida.

A adesão do Estado do Espírito Santo exemplifica como o PRONATEC, enquanto política nacional, foi incorporado às realidades estaduais. Segundo a Secretaria de

Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (SEDES), a participação capixaba ocorreu por meio da Rede de Escolas Técnicas Estaduais (REDETEC), especialmente pelos Centros Estaduais de Educação Técnica (CEETs) Talmo Luiz Silva e Vasco Coutinho. Essa estrutura possibilitou ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e atender públicos diversos, como jovens, trabalhadores e pessoas privadas de liberdade.

Nesse panorama, o caso capixaba ajuda a compreender a lógica mais ampla do PRONATEC no Brasil: articular educação profissional, inclusão social e desenvolvimento econômico. A experiência estadual mostra que o programa não se restringiu à abertura de vagas, mas buscou aproximar formação, empregabilidade, geração de renda e fortalecimento da cidadania. Também evidencia que uma diretriz nacional ganha concretude nos territórios a partir das estruturas institucionais existentes, das parcerias estabelecidas e dos públicos definidos como prioritários em cada contexto.

No plano normativo, o programa se articula aos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, à LDB e às diretrizes do PNE voltadas à expansão da Educação Profissional e Tecnológica. Dessarte, o PRONATEC ampliou o acesso à educação profissional e mobilizou recursos institucionais relevantes, ao mesmo tempo em que apresentou limitações no que diz respeito à permanência, à qualidade da formação e à integração entre as diferentes dimensões da política. Sua trajetória permite observar as tensões inerentes à articulação entre expansão, organização federativa e objetivos formativos no campo da educação profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da EPT, a análise de políticas públicas educacionais demanda uma compreensão que ultrapasse a observação de resultados quantitativos, considerando os processos decisórios, os arranjos institucionais, os mecanismos de implementação e as escolhas políticas que orientam sua trajetória. Conforme argumenta Souza (2016), a ação estatal, assim como suas ausências e descontinuidades, expressa prioridades que interferem diretamente na garantia dos direitos sociais. Nessa perspectiva, a avaliação de programas como o PRONATEC exige examinar não apenas sua capacidade de ampliar oportunidades educacionais, mas também os fundamentos que sustentam sua concepção de formação profissional.

De acordo com Ferreira *et al*. (2026), a educação profissional assume maior relevância social quando articulada às dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, afastando-se de uma perspectiva restrita à preparação imediata para o

mercado. Essa abordagem permite compreender que a formação técnica não se limita ao desenvolvimento de habilidades operacionais, mas envolve a construção de conhecimentos capazes de ampliar a autonomia dos sujeitos e sua participação crítica na sociedade.

Instituído em 2011, o PRONATEC representou uma das principais iniciativas governamentais destinadas à expansão da educação profissional brasileira, buscando ampliar a oferta de cursos técnicos e de qualificação, democratizar o acesso e promover inclusão produtiva. Durante sua fase inicial de expansão, especialmente entre 2011 e 2014, o programa mobilizou uma ampla rede de instituições ofertantes e alcançou públicos historicamente afastados das oportunidades de formação profissional, incluindo estudantes da rede pública, participantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), beneficiários de programas sociais e trabalhadores em busca de qualificação.

Entretanto, a trajetória do programa revelou tensões entre a ampliação do acesso e a construção de percursos formativos mais consistentes. Embora tenha contribuído para aumentar o número de vagas e interiorizar oportunidades educacionais, sua implementação apresentou desafios relacionados à permanência dos estudantes, aos índices de evasão, à articulação entre diferentes modalidades de ensino e à predominância de cursos de curta duração voltados às demandas imediatas de inserção profissional. Conforme discutem Silva e Moura (2022), essa característica estabeleceu diferenças em relação a propostas historicamente vinculadas à formação integral, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e o ensino médio integrado, cuja perspectiva busca aproximar formação geral, conhecimento técnico e emancipação dos trabalhadores.

A diversidade de ações associadas ao PRONATEC ampliou sua capacidade de atendimento e possibilitou diferentes formas de articulação entre instituições públicas e privadas. Ao mesmo tempo, essa amplitude tornou mais complexa a coordenação da política, especialmente diante da necessidade de integrar objetivos, metodologias, mecanismos de acompanhamento e critérios de avaliação. A multiplicidade de iniciativas vinculadas à qualificação profissional, inclusão produtiva e atendimento de públicos específicos demonstra a abrangência do programa, mas também evidencia os desafios de consolidar uma política nacional com continuidade institucional e identidade formativa claramente definida.

A experiência do Espírito Santo evidencia que o PRONATEC não permaneceu limitado ao período inicial de implantação da política nacional. A publicação de editais,

resultados, retificações e chamadas públicas entre 2021 e 2024, incluindo ações relacionadas ao PRONATEC Jovem FIC e ao PRONATEC Qualifica Mais Emprega Mais, demonstra a permanência de iniciativas voltadas à formação profissional em diferentes formatos, como presencial e Educação a Distância (EAD). Esses registros revelam que a política adquiriu materialidade no território por meio da atuação de equipes técnicas, organização administrativa, definição de ofertas formativas e atendimento a diferentes perfis de estudantes e trabalhadores.

Cabe destacar, ainda, a importância da transparência ativa como elemento fundamental para a análise e o acompanhamento das políticas educacionais. Embora o Ministério da Educação mantenha página institucional destinada ao PRONATEC <https://www.gov.br/mec/pt-br/pronatec>, com acesso a documentos normativos, informações oficiais e registros relacionados ao programa, observa-se que a disponibilização de dados sistematizados sobre resultados, indicadores de acompanhamento, evolução das ofertas e impactos territoriais apresenta limitações quanto à atualização e organização das informações públicas. Essa condição dificulta análises longitudinais mais aprofundadas e reduz as possibilidades de acompanhamento pela comunidade acadêmica, gestores e sociedade civil. A existência de bases informacionais atualizadas, acessíveis e estruturadas constitui requisito indispensável para fortalecer o controle social, qualificar processos avaliativos e compreender os efeitos de uma política pública ao longo do tempo.

Assim, a trajetória do PRONATEC revela uma experiência marcada por avanços significativos e contradições próprias das políticas públicas de educação profissional. O programa ampliou possibilidades de acesso e alcançou segmentos sociais que historicamente encontravam barreiras para ingressar em processos de qualificação, mas também evidenciou limites relacionados à continuidade institucional, à integração das ações e à consolidação de uma perspectiva formativa mais ampla. Sua análise demonstra que políticas de educação profissional não podem ser avaliadas apenas pela quantidade de vagas ofertadas, mas pela capacidade de articular acesso, permanência, qualidade, desenvolvimento social e formação humana em diferentes contextos regionais brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Guia Pronatec de formação Inicial e Continuada.** Brasília, 2016. Disponível em: http://pronatec.mec.gov.br/fic/apresentacao.php. Acesso em: 02 ago 2023.

BRASIL. Lei N° 12.513, de 26 de outubro de 2011. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, altera as Leis n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, n. 8.121, de 24 de julho de 1991 e n. 10.260, de 12 de julho de 2001.

CALDEIRA, D. M; TELES, R. F. Contribuição da política pública PRONATEC na educação profissional e tecnológica: um estudo de caso com egressos em Alto Paraíso de Goiás. **Revista Nova Paideia** - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, Brasília, v. 7, n. 1, p. 55-79, 2025. Disponível em: https://www.ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/410. Acesso em: 6 jun. 2026.

CASSIOLATO, M.; GARCIA, R. **Pronatec**: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Boletim análise política cap7. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/090c33b6-d15a-49c3-872a-bb4a1d34a98c. Acesso em: 6 jun. 2026.

CURY, C. R. J. Sistema Nacional de Educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008.

FARIAS, C. A; AZEVEDO, J. M. A. Cursos do Pronatec: formação e cidadania na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, protagonizada pelo Ifac. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 162-183, 2025. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/75117. Acesso em: 6 jun. 2026.

FERREIRA, G. C *et al.* Educação profissional: uma análise sobre a importância do Pronatec no cenário brasileiro. **Projeção E Docência**, Brasília, v. 17, n. 2, p. e2767, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.54899/rpd.v17n2-2767. Acesso em: 6 jun. 2026.

FLORIANO, E. F.; GISI, M. L; PRADO, L. A. As desigualdades brasileiras começam na escola: escolarização voltada ao Trabalho Decente e ao Pronatec. **Revista Diálogo Educacional**, p. 1821-1845. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.7213/1981-416x.22.075.ao06. Acesso em 06 jun. 2026.

LOPES, A. F. S.; COSTA, M. F; SANTOS, A. A. **Pronatec Como Política Pública**: uma avaliação acerca da efetividade e dos resultados do ponto de vista do egresso. 2017. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Administração, Campus Formiga: Instituto Federal Minas Gerais - IFMG, Formiga, 2017. Disponível em: https://www.formiga.ifmg.edu.br/documents/2017/PublicacoesTCCsBiblioteca/Administracao/TCC---Ana-Flvia-Verso-Final-para-Depsito.pdf. Acesso em 06 jun. 2026.

PIRES, R. R. C; GOMIDE, A. Á. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n.58, p. 121-143, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-987316245806. Acesso em: 6 jun. 2026.

SAVIANI, D. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul./set. 2013.

SILVA, A. R. M.; VIEIRA, M. Pontos e Contrapontos Sobre o Pronatec e a Sua Relação com os Cursos Técnicos da Rede Estadual de Ensino Gaúcha. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 24, p. 1-24, 2025. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/pontos-e-contrapontos-sobre-o-pronatec-e-a-sua-relacao-com-os-cursos-tecnicos-da-rede-estadual-de-ensino-gaucha. Acesso em: 6 jun. 2026.

SILVA, D. M; MOURA, D. H. A implementação do Pronatec e as implicações na política de educação profissional: o prescrito e o efetivado. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, e240913, 2022. Disponível em https://doi.org/10.1590/s1678-4634202248240913. Acesso em 05 jun. 2026.

SILVA, D; MOURA, D. H; DE SOUZA, L. M. A Trajetória Do PRONATEC E A Reforma Do Ensino Médio: Algumas Relações Com A Política De Educação Profissional Mundial**. Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 16, n. 30, p. 183-206, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22409/tn.16i30.p10092. Acesso em: 6 jun. 2026.

SOUZA, Â. R. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, p. 75-89, 2016. Disponível em https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/pt_BR/article/view/10450. Acesso em 05 jun. 2026.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

M. D. S. SILVA, C. F. F. VALPASSOS, M. C. MIGUEL. Quinze Anos do Pronatec: Entre a Expansão do Acesso ao Ensino Técnico e os Desafios da Educação Profissional no Brasil. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 9, art. 5, p. 92-106, set. 2026.

Contribuição dos Autores	**M. D. S. Silva**	**C. F. F. Valpassos**	**M. C. Miguel**
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X